

O emprego da estratégia de contenção na Guerra da Coreia

Reis Friede*

Introdução

O Conflito Coreano (1950-1953) foi um evento que serviu para demonstrar, de forma inequívoca, a insuficiência da dissuasão na política de deterrence estratégica estadunidense, indicando a necessidade de sua complementação pela contenção. Naqueles idos, firmou-se o entendimento de que o elemento dissuasivo não conseguira evitar que a China, mais do que a própria Coreia do Norte, intervisse no sentido de unificar a Península Coreana sob a égide comunista. Ainda assim, uma pequena parcela dos estudiosos, no entanto, argumentou que a dissuasão não falhara, sustentando que a Coreia do Sul à época não se encontrava oficialmente listada como zona prioritária de interesse da segurança norte-americana.

No mesmo artigo “*Principles of Deterrence*”, John M. Collins anota que a “deterrence ativa [contenção] para evitar guerras futuras ou expansão de conflitos em progresso frequentemente desencoraja a confiança excessiva nos inimigos e evita que os amigos se desilusionem”. Ele recorda que o Presidente Harry Truman, ao decidir lançar os Estados Unidos na Guerra da Coreia em 1950, já havia chegado a essa conclusão. Assinala, ainda, que o

uso da *força armada* ou de outro *poder coercitivo* pode conseguir fins deterrentes futuros, mesmo que venha a falhar, contanto que as medidas tomadas informem os inimigos de que lucros ilícitamente obtidos pela

agressão implicarão despesa excessiva (*Air University Review*, 1979, vol. XXXI, nº 1, p. 24).

Em seu livro *Sobre a China*, Henry Kissinger, focando a Guerra da Coreia, registra que nenhum analista militar jamais teria vislumbrado que o Exército de Libertação Popular – que acabara de sair de uma sangrenta guerra civil, e que basicamente era provido de armas abandonadas pelos japoneses ou tomadas das tropas nacionalistas de Chiang Kai-Shek – ousaria enfrentar as poderosas Forças Armadas norte-americanas, que já contavam com armamento nuclear.

Ocorre que Mao Tsé-Tung, segundo Kissinger, não tinha o perfil de “estrategista militar convencional”.

Para esse ilustre pensador estadunidense, as medidas tomadas pelo líder chinês no cenário coreano demandam “um entendimento sobre como ele enxergava a deterrence”, que para os chineses conjuga elementos estratégicos, de longo prazo e psicológicos. Kissinger, então, esclarece que, na perspectiva de Mao, “o conceito ocidental de deterrence era *passivo demais*”, uma vez que se limitava ao fator *dissuasivo*. Para Mao, a China não devia “esperar por um ataque”. Ao contrário, ela devia, sempre que possível, tomar a iniciativa.

O autor de *Sobre a China* explica que, em certa medida, “isso era semelhante ao conceito ocidental de guerra preemptiva [na verdade, preventiva]; antecipar um ataque desferindo o primeiro golpe” [uma postura mais

* Desembargador federal, professor emérito da ECME e da EsAO, professor *honoris causa* da ECEMAR e conferencista especial da ESG. Membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra *Das Novas Guerras – Fenomenologia dos Conflitos Armados* (BIBLIEx, 2019, 576p.). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com.

contensiva, inclusive com o emprego da compulsão coativa]. No entanto, prossegue Kissinger, “a abordagem de Mao à guerra preemptiva [preventiva] diferia na atenção extraordinária que ele prestava aos elementos psicológicos. Sua força motivadora era menos infligir um primeiro golpe militar decisivo do que mudar o equilíbrio psicológico, não tanto para derrotar o inimigo como para alterar seus cálculos em relação aos riscos”, em uma nítida “concepção chinesa” de deterrence estratégica (*Sobre a China*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 141-142).

Refletindo sobre aqueles acontecimentos na Península Coreana, os acadêmicos militares reinterpretaram os conceitos de dissuasão e contenção. Ambos passaram a ser encarados como categorias que se complementam, inaugurando uma visão mais sistêmica da deterrence estratégica. Tendo novamente a Guerra da Coreia como foco de observação, entendeu-se que, a despeito de a *dissuasão* não ter evitado o início das hostilidades na região – fracasso que, frise-se, levou ao emprego da *contenção* –, uma subsequente fase dissuasiva teve lugar naquele momento. Como se sabe, Eisenhower ameaçou empregar armas nucleares contra a China, o que a fez recuar e obrigou a Coreia do Norte a assinar um armistício em 27 de julho de 1953.

Conforme os historiadores Melvyn P. Leffler e Odd Arne Westad rememoram em *The Cambridge History of the Cold War*, nos anos 1950 os armamentos nucleares fizeram com que a deterrence adquirisse “um sentido instrumental que induzia à cautela em face de uma ameaça de punição”, e que a “comunicação dessa capacidade foi essencial para pôr termo à Guerra da Coreia” (United Kingdom, Cambridge University Press, vol. 1, 2010, p. 382).

Da mesma forma, durante a Primeira (1954) e a Segunda (1958) Crise do Estreito de Taiwan, a doutrina norte-americana sobre deterrence estratégica prestigiou a modalidade contensiva, ainda que ela continuasse a perseguir, como regra, a dissuasão. A China de Mao pautava sua estratégia na contenção, embora também entendesse a dissuasão e a contenção como elementos que se conjugam. Kissinger registra que o contraste entre as percepções estadunidense e chinesa fez surgir um dilema nas relações geopolíticas entre os dois

países, considerando que “quando a visão [chinesa] de preempção [uma forma de guerra preventiva] encontra o conceito ocidental de deterrence, um círculo vicioso pode advir”. Isso porque medidas vistas “como defensivas em Pequim podem ser encaradas como agressivas no mundo exterior”. Do mesmo modo, “movimentações visando a deterrence feitas pelo Ocidente podem ser interpretadas na China como tentativa de cerco” (*Sobre a China*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2011, p. 142).

Guerra da Coreia: o primeiro grande conflito da Primeira Guerra Fria

Geograficamente, a Coreia ocupa uma península localizada no leste da Ásia, tendo a China ao norte. Em torno da região estão o Mar do Leste (ou Mar do Japão), o Mar do Sul e o Mar do Oeste (ou Mar Amarelo). Não é à toa que diversos eventos históricos envolvendo esse país tiveram o mar como a rota de acesso ao território. Pela pertinência com o tema ora desenvolvido, cabe citar, por exemplo, o desembarque levado a efeito, em 1951, pelo General Douglas MacArthur no porto de Inchon, durante a Guerra da Coreia.

No início do século passado, os japoneses e os russos demonstravam grandes interesses por territórios asiáticos. Logo no primeiro mês de 1902, os japoneses lograram êxito em obter do Reino Unido o reconhecimento de seus interesses sobre a Península Coreana. No ano seguinte, pleitearam a mesma condição aos russos, oferecendo a Manchúria como moeda de troca. Mas não houve acordo e, em fevereiro de 1904, tropas nipônicas desembarcaram na Coreia. Em maio, atravessaram o rio Yalu e atacaram as forças da Rússia em Liaodong.

O Japão, após ter conseguido derrotar a Rússia nessa guerra, passou, em 1905, a ter um grande controle político sobre a península, tornando-a seu protetorado e anexando-a em 1910, quando foi instaurado, naquele território, um regime extremamente opressor que vigorou até 1945. Objetivando implantar um domínio absoluto – inclusive cultural – sobre os coreanos, os nipônicos os proibiram de falar o idioma natal e os forçaram a aprender a língua japonesa. Além disso, tornaram ilegais o registro e o uso dos nomes próprios

coreanos, obrigando várias pessoas a promoverem a mudança de seus nomes. Ademais, a população coreana em idade militar foi forçada a lutar em guerras e conflitos que objetivavam atingir interesses japoneses.

Após a Guerra do Pacífico (1945), forças militares da URSS e dos EUA, ainda na condição de aliadas, adentraram o território coreano – que se encontrava sob o domínio do Japão – e expulsaram os últimos soldados nipônicos existentes por lá. Conforme previamente acordado na Conferência de Potsdam (1945), tropas soviéticas e norte-americanas foram estacionadas, respectivamente, ao norte e ao sul do Paralelo 38.

Ainda que não tivesse sido intencional, essa demarcação provocou uma divisão entre os dois lados, concebendo, na prática, dois Estados distintos: a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia, com cerca de 120 mil km² e uma população de 10,5 milhões de habitantes) e a Coreia do Sul (República da Coreia, com aproximadamente 100 mil km² e uma população de 19 milhões de habitantes).

Governos autônomos foram, então, constituídos em cada uma das “Coreias” sob a influência direta da ideologia dominante em cada território. Ao norte, instituiu-se um governo comunista – oficialmente estabelecido em 9 de setembro de 1948, em resposta às eleições ocorridas na Coreia do Sul – liderado por Kim Il-Sung, avô do líder coreano Kim Jong-Un. Ao sul, sob a liderança de Syngman Rhee, estabeleceu-se, em 15 de agosto de 1948, um governo democrático de influência capitalista.

Após a implantação de ambos os governos, os exércitos soviético e norte-americano começaram a retirar suas tropas das áreas respectivamente ocupadas. A fim de reunificar a Coreia, a ONU propôs a realização de eleições gerais no país. As forças soviéticas, no entanto, impediram o ingresso de observadores eleitorais em território norte-coreano. O pleito, portanto, só ocorreu na parte sul da península, sendo vencido por Rhee, que foi reconhecido pela ONU como o único governo legal da Coreia e, conseqüentemente, de todo o território peninsular.

Desafiando essa decisão das Nações Unidas, e objetivando forçar uma reunificação sob a égide de um governo comunista, Il-Sung buscou o apoio da URSS

e da China. Josef Stalin, de início, relutou em aceitar. Posteriormente, o ditador soviético cedeu e chancelou a ação, descartando qualquer envolvimento direto por parte dos soviéticos. Il-Sung, com o amplo apoio de Pequim (inclusive, com cerca de 70.000 soldados chineses misturados às tropas norte-coreanas), invadiu a Coreia do Sul em 1950.

No livro *Mao: A História Desconhecida*, Jung Chang e Jon Halliday relatam que um conflito na Coreia, a ser travado diretamente por coreanos e chineses, traria enormes benefícios para o Kremlin. Isso porque Moscou “podia testar em campo tanto seu novo equipamento, em especial os jatos MiG-15 Fagot, como a tecnologia americana, bem como obter um pouco dessa tecnologia, junto com informações valiosas sobre os Estados Unidos”. Eles esclarecem que, como os chineses e os coreanos eram dependentes das armas russas, Stalin “poderia controlar o grau de envolvimento da União Soviética”. Ademais, ele “poderia testar até onde os Estados Unidos iriam em uma guerra com o campo comunista”.

Os autores asseveram que, para o líder soviético, o mais atrativo do conflito coreano consistia no fato de

os chineses, com sua massa de soldados que Mao estava ansioso para usar, poderiam eliminar, ou pelo menos reter, tantas tropas americanas que o equilíbrio do poder mundial poderia pender para o seu lado e lhe permitir transformar seus projetos em realidade (2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 359).

Mao estava convencido de que os americanos não poderiam derrotá-lo, graças ao seu recurso fundamental: milhões de soldados sacrificáveis, inclusive um bom número de soldados de que ele estava bastante interessado em se ver livre. Com efeito, a guerra propiciava uma oportunidade perfeita para enviar ex-soldados nacionalistas para a morte. Eram homens que se haviam rendido em massa nos últimos estágios da guerra civil e foi uma decisão deliberada de Mao enviá-los para a Coreia, onde formaram o grosso das forças chinesas. Caso as tropas da ONU não levassem a cabo a tarefa, havia esquadrões especiais de execução na retaguarda para cuidar de quem recuasse.

Mao sabia que os Estados Unidos não seriam capazes de competir no sacrifício de homens. Estava pronto para apostar tudo porque fazer as tropas chinesas lutar contra os americanos era sua única chance de arrancar de Stalin o que ele precisava para fazer da China uma potência militar de classe mundial (Jung Chang e Jon Halliday; *Mao: A História Desconhecida*, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 362).

Conforme Adrian Gilbert observa em sua *Enciclopédia das Guerras*, em 25 de junho de 1950, com o aval dado por Stalin, e contando com a ajuda direta de Mao, o líder norte-coreano determinou que seu exército atravessasse o Paralelo 38. No início de agosto, cerca de 90% do território sul-coreano já havia sido tomado por tropas do norte. Lutando contra a expansão comunista pelo mundo, os Estados Unidos pediram às Nações Unidas que autorizassem a intervenção armada. Yakov Malik, que naquela ocasião era embaixador da URSS na ONU – e que, portanto, tinha poder para, em nome do governo de seu país, vetar a decisão –, havia se afastado temporariamente em protesto contra o fato de a organização ter mantido o governo nacionalista de Chiang Kai-Shek (República da China, Taiwan) em vez do regime comunista de Mao (República Popular da China).

Por ampla maioria, a entidade decidiu enviar um contingente militar para a Coreia do Sul. Apesar de o Reino Unido, a França, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia terem auxiliado os esforços da instituição, “cerca de 300 mil dos 345 mil soldados que lutaram na Coreia vinham dos Estados Unidos”. O Comando da Organização das Nações Unidas (CONU) foi atribuído ao General Douglas MacArthur, cuja missão era “repelir os invasores norte-coreanos e proteger a integridade territorial da República da Coreia e seu governo único reconhecido pela ONU” (*Enciclopédia das Guerras*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 280-281).

Na mesma obra, Gilbert relata que, inicialmente, a ofensiva dos norte-coreanos – realizada por meio de “assaltos maciços de infantaria” – conseguiu derrubar a defesa inimiga. Seul, a capital sul-coreana, foi tomada pelos comunistas invasores. Indistintamente, tropas sul e norte-coreanas tiveram de retroceder e assumir

“uma posição em torno do porto de Pusan, no sul, defendendo uma área que se tornou conhecida como o Perímetro de Pusan”.

Em 15 de setembro de 1950, MacArthur determinou um contra-ataque, que consistiu em “um ousado desembarque anfíbio em Inchon [logo abaixo do Paralelo 38], um porto atrás da linha de frente norte-coreana e a oeste de Seul”, apanhando as tropas norte-coreanas de “guarda aberta” e isolando a maior parte delas no sul. Depois de alguns dias, o contingente da ONU retomou Seul e os norte-coreanos se retiraram.

Ainda segundo esse autor, a China comunista deixou evidente que interviria com força total se houvesse uma invasão do norte pelas forças da ONU, como de fato aconteceu. Entretanto, conforme ele narra, o comandante dessas tropas “não tinha a menor intenção de deter, na fronteira norte-coreana, seu avanço de Seul rumo ao norte”. Na ocasião, MacArthur teria dito ao governo norte-americano: “A menos e até que o inimigo capitule, considero toda a Coreia aberta a nossas operações militares” (*Enciclopédia das Guerras*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 280-281).

Analisando em retrospectiva, o objetivo inicial do CONU era somente rechaçar a invasão, forçando o Exército norte-coreano a retornar ao Paralelo 38. O reconhecimento das Nações Unidas da existência de uma só Coreia e o próprio estímulo para estender o confronto até a parte norte, todavia, foi se tornando “mais forte à medida que a ofensiva conduzia o CONU ao paralelo”. Tendo em vista a precariedade que as forças norte-coreanas mostravam naquele momento, a aniquilação delas aparentemente não envolvia grandes riscos para as forças do Comando da Organização das Nações Unidas. Embora a ideia de reunificar a Coreia nunca tivesse sido expressamente mencionada, “a possibilidade de instalar no país um governo único (reconhecido pela ONU) e pró-americano era um motivo muito forte para se cruzar o paralelo”. Nesse sentido, o Presidente Harry Truman, em 27 de setembro de 1950, autorizou que MacArthur atravessasse esse marco.

Posteriormente, “a Assembleia-Geral da ONU votou a favor da restauração da paz e da segurança em todo o território da Coreia”, demonstrando, ainda que

tacitamente, sua concordância quanto à entrada na parte norte da península. Em 2 de outubro, logo em seguida ao ingresso de tropas sul-coreanas em território norte-coreano, Zhou Enlai, Premiê da China, advertiu que, caso as forças norte-americanas atravessassem o Paralelo 38, seu país ingressaria no conflito. Visto como uma mera tentativa de desencorajar o CONU, o alerta de Zhou foi ignorado. De fato, em 9 de outubro, as primeiras tropas estadunidenses cruzaram o referido limite. Truman deu ordem para que MacArthur continuasse avançando, ainda que seus militares se deparassem com chineses, mas desde que ele “acreditasse que teria razoável possibilidade de sucesso”.

Naquele momento, o cenário era bastante favorável às forças da ONU. Sob o comando do General Walton Walker, o 8º Exército havia invadido localidades coreanas nas proximidades da Manchúria “sem encontrar qualquer indício de que as tropas chinesas pretendiam entrar em combate”. A bordo de navios localizados nas proximidades do porto de Wonsan, o General Edward Almond e seu 10º Corpo estavam se preparando “para participar do ataque ao nordeste da Coreia”.

Pretendendo encerrar as operações antes do final do ano, MacArthur determinou que Almond e Walker “avançassem até a fronteira norte, o mais rapidamente possível e com todas as tropas disponíveis”. Walker ordenou que seus comandados se dirigissem para o rio Yalu. Almond, por sua vez, acrescentou “ao 10º Corpo os efetivos sul-coreanos que estavam na área e enviou colunas pela costa leste e pelo interior em direção ao rio Yalu e ao gigantesco reservatório Chosin, nos montes Taebaek”.

Em 25 de outubro de 1950, as tropas da ONU já “estavam sendo rechaçadas pelos chineses”. Na zona do 10º Corpo, os chineses detiveram uma coluna sul-coreana na estrada que levava ao reservatório Chosin. A 1ª Divisão de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos socorreu os sul-coreanos e, no dia 6 de novembro, enfrentou a resistência até a alguns quilômetros do reservatório. Nessa ocasião os chineses romperam o contato. E, na área de atuação do 8º Exército, foi descoberto o primeiro soldado chinês entre os prisioneiros capturados no dia 25 de outubro, perto da cidade de Unsan,

a noroeste do rio Chongchon. Até 3 de novembro, ataques chineses dispersaram o regimento sul-coreano, cujas tropas haviam alcançado o rio Yalu, castigaram com rigor um regimento da 1ª Divisão de Cavalaria dos EUA, quando ela assumiu posição perto de Unsan, e forçaram a retirada de uma divisão sul-coreana.

Enquanto o General Walker tentava reagrupar suas tropas ao longo do Chongchon, os chineses continuaram o ataque. Subitamente, como acontecera no setor do 10º Corpo, interromperam o contato. Em um comunicado emitido em 7 de novembro de 1950, o governo norte-coreano anunciou que ‘unidades voluntárias formadas pelo povo chinês’ participavam das operações. Quatro dias mais tarde, um porta-voz do Ministério do Exterior da China admitiu que tropas de seu país estavam lutando na Coreia, mas, temendo ataques diretos ao seu território, negou qualquer responsabilidade oficial por sua presença”. Lin Biao, comandante das operações chinesas, relutava em prosseguir nos combates “antes de receber reforços”, o que aconteceu em meados de novembro. Taticamente, a China empregava uma doutrina militar baseada na “superioridade do homem sobre as armas”. A despeito de as tropas enviadas por Pequim à Coreia estarem entre as mais capacitadas do ELP, a verdade é que elas constituíam um grupamento de infantaria muito mal equipado.

Sem tanques nem apoio aéreo, com pouca artilharia e precário suporte logístico, seus pontos fortes eram o moral, a disciplina e a motivação das tropas, resultantes de eficiente doutrinação ideológica e da própria estrutura do [ELP], na qual um comissário político atuava como comandante adjunto em cada nível de comando.

(...)

Era difícil para o CONU avaliar a extensão e os objetivos da intervenção chinesa. Serviços de informação calcularam em cinco divisões [cerca de 50.000 soldados] a força chinesa mobilizada na Coreia. Essa reduzida força e seu caráter de voluntariado pareciam indicar que a China não estivera disposta a um

grande empenho. Na última semana de novembro, acreditava-se, não só em Washington, mas sobretudo no QG do General MacArthur, que as tropas chinesas na Coreia eram muito fracas para derrotar o CONU. Assim, os superiores de MacArthur permitiram que ele prosseguisse em direção à fronteira; e, em 24 de novembro de 1950, as tropas da ONU retomaram a ofensiva. Na zona do 10º Corpo, no nordeste da Coreia, unidades sul-coreanas subiram o litoral até a cidade de Chongjin; no interior, um regimento da 7ª Divisão dos EUA atingiu o rio Yalu no dia 26 de novembro; e no flanco leste da divisão, no alto dos montes Taebaek, os fuzileiros navais americanos e dois batalhões da 7ª Divisão ocuparam a área do reservatório de Chosin. Durante dois dias, o 8º Exército encontrou pouca oposição em sua marcha para o oeste e para o norte, ao longo do rio Chongchon. Mas, durante a noite de 25 de novembro, forças chinesas atacaram o centro e o flanco direito do 8º Exército, e no dia 27 investiram contra as unidades do 10º Corpo, no reservatório. Ataques contínuos, no dia 28, permitiram aos chineses cercar tanto o 8º quanto o 10º Corpo. Só então o CONU pôde avaliar melhor a força chinesa. Ao todo, havia cerca de 300 a 400.000 chineses na Coreia (“A Travessia do Yalu”, *Guerra na Paz*, Orbis Publishing Co., 1984, p. 185-187).

Em 19 de outubro de 1950, com os norte-coreanos em fuga, os chineses efetivamente ingressaram no conflito. Adrian Gilbert explica que, de início, a China atuou com forças relativamente reduzidas. No entanto, tendo em vista o prosseguimento do avanço dos efetivos das Nações Unidas, os denominados *Voluntários do Povo* (tropas chinesas), secretamente, começaram a atravessar o rio Yalu.

Em 25 de novembro de 1950, um exército de cerca de 300 [mil] a 400 mil soldados assumiu posições em volta da vanguarda de avanço da ONU. Sem tanques ou suporte aéreo, os chineses dependiam de ataques em massa; seus soldados de infantaria receberam ordens de avançar contra as tropas da ONU a despeito das baixas, cujos elevadíssimos números não importavam nem um pouco para Mao. Os homens de MacArthur foram superados pela surpresa e pela habilidade inimiga na luta noturna, além de também pelo seu grande número. Em outra virada súbita, as desmoralizadas forças da ONU estavam logo batendo em retirada para o sul.

Gilbert recorda que a 1ª Divisão dos Fuzileiros Navais dos EUA, sob o comando do General Oliver Smith, chegou a ser “cercada por oito divisões chinesas na área do reservatório de Chosin”. Ainda assim, entre os dias 27 de novembro e 9 de dezembro de 1950, o comandante e suas forças promoveram uma “retirada combativa perante ataques recorrentes e um inverno amargamente gélido”. Em 15 de dezembro de 1950, Truman chegou a ponto de decretar estado de emergência nacional, fato que não havia acontecido na Segunda Guerra Mundial.

A situação começou a mudar quando a investida chinesa experimentou sérios problemas em suas linhas de abastecimento. Com munição, comida e reforços insuficientes, os militares chineses “se detiveram cerca de 70 quilômetros ao sul de Seul”. Um contra-ataque da ONU foi deflagrado em 25 de janeiro de 1951, ocasião em que as Nações Unidas mostraram, por meio de ataques aéreos e artilharia, um poder de fogo devastador contra os nortistas. Gilbert diz que o “moedor de carne da ONU” – como ficou conhecido esse maciço contra-ataque – provocou baixas elevadíssimas. Por conseguinte, nos três primeiros meses de 1951, as tropas da ONU conseguiram recuperar o território até o Paralelo 38, retomando Seul em 14 de março de 1951.

Não obstante, MacArthur não estava satisfeito com o sucesso obtido até então.

Ele não somente planejava uma nova invasão da Coreia do Norte, como desejava bloquear a China continental, atacar bases e indústrias chinesas na Manchúria e usar tropas nacionalistas chinesas de Formosa [Taiwan] contra os comunistas.

As lideranças políticas em Washington, entretanto, já não suportavam mais os frequentes desafios que o lendário general fazia ao Presidente dos Estados Unidos, razão pela qual, em 11 de abril de 1951, ele foi destituído do comando das forças da ONU na Coreia, sendo substituído pelo General Matthew Ridgway (*Enciclopédia das Guerras*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 280-281).

Harry Truman e as limitações na Guerra da Coreia

Em 1950, o cenário da Guerra Fria já estava bastante delineado. O mundo já presenciara vários episódios em que os EUA e a URSS haviam se confrontado direta ou indiretamente. As duas zonas de influência estavam demarcadas e as duas superpotências nucleares disputavam cada naco de poder. No contexto teatral da Guerra Fria, a Guerra da Coreia representou um novo ato.

A República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), apoiada pela URSS, foi proclamada em 9 de setembro de 1948, sob o comando do líder comunista Kim Il-Sung. Era uma resposta à Proclamação da República da Coreia – que, segundo a ONU, abrangia todo o território coreano, mas que, na prática, acabou se restringindo à porção geográfica da Coreia do Sul –, alinhada com os Estados Unidos, e à eleição do Presidente Syngman Rhee, em 15 de agosto de 1948.

Os representantes do norte se recusaram a participar das eleições livres a serem realizadas no âmbito da Península Coreana sob a supervisão da Organização das Nações Unidas, conforme previsto na Resolução nº 112, da Assembleia Geral da ONU, editada no fim de 1947. O propósito era reunificar a Coreia sob um único governo livremente eleito. Ocorre que as lideranças comunistas norte-coreanas não permitiram que os representantes da ONU ingressassem na Coreia do Norte para essa finalidade. As eleições ocorreram, portanto, apenas na porção sul da península.

Por conta desse imbróglio, em 12 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU firmou a Resolução nº 195, que reconheceu – muito em decorrência da pressão dos Estados Unidos – a República da Coreia como o único governo legal do país. Tal medida objetivava viabilizar a unificação da Coreia sob o manto do regime do sul, evidentemente anticomunista. Era de se esperar que a decisão da ONU em reconhecer a existência de um único governo na península não ficasse sem resposta por parte dos atores diretamente envolvidos na cena: a República Popular Democrática da

Coreia e a URSS, bem como, posteriormente, a recém-criada República Popular da China.

Interessante registrar que esse reconhecimento formal do governo sul-coreano, e que tanto desagradou aos norte-coreanos e aos soviéticos, aconteceu em meio a outros importantes episódios ocorridos durante o ano de 1948 – o Golpe de Praga e o Bloqueio de Berlim –, ambos reveladores da tensão ideológica então existente entre os EUA e a URSS. Moscou procurava avaliar o grau de determinação de Washington ante as investidas soviéticas no Leste Europeu.

A invasão da República da Coreia (Coreia do Sul) pela Coreia do Norte se deu em 25 de junho de 1950. O Exército norte-coreano, previamente treinado para a operação, cruzou o Paralelo 38, linha imaginária que separava dois governos antagônicos. Com cerca de 350 mil homens, 500 tanques de combate, 2.000 peças de artilharia e apoiadas por um efetivo entre 50 mil a 70 mil soldados chineses infiltrados em suas fileiras, as forças norte-coreanas investiram pesado contra o despreparado e mal equipado exército sul-coreano, que tinha menos de 100 mil homens.

Truman não podia fechar os olhos diante da agressão norte-coreana contra a República da Coreia. Suas vacilações na condução da guerra renderam aos EUA alguns problemas geopolíticos. Um deles guarda relação com o conceito de Guerra Limitada (ou restrita) – também conhecida pela designação menos técnica de Guerra Localizada –, concepção construída quando da inauguração da segunda fase da Guerra da Coreia, deflagrada em 11 de abril de 1951. Mais precisamente, tal denominação surgiu quando o fenômeno da bipolaridade confrontativa indireta (assimetria reversa indireta ou reflexa) marcou a estreia da autolimitação do emprego do poder militar, uma das características fundamentais dos atuais conflitos bélicos de quarta geração.

A ideia de Guerra Limitada nasceu na sequência do estabelecimento dos inéditos objetivos restritivos da intervenção da Organização das Nações Unidas, sob a liderança dos Estados Unidos, na Península Coreana. Credita-se ao General George Marshall, Secretário de Defesa durante a gestão de Truman, o pioneirismo quanto ao emprego dessa concepção. Em 1951, ao ser perquirido sobre o caráter do conflito coreano, Marshall

respondeu: “Em minha opinião, trata-se [o Conflito na Península Coreana] de uma Guerra Limitada, e eu espero que assim permaneça”.

Havia, portanto, um evidente contraste entre o *modus operandi* adotado pelos EUA durante a Segunda Guerra Mundial – em que as forças norte-americanas eram direcionadas para aniquilar o inimigo – e a ação militar desenvolvida na Península Coreana, escancaradamente mais contida em termos de emprego bélico-operacional. Essa visão de Guerra Limitada foi duramente criticada pelo General Douglas MacArthur, que entendia ser imoral conduzir soldados para uma guerra cujo objetivo não fosse alcançar a vitória total (*Operação Chromite*, Filmatografia, Coreia do Sul, 2016). Essa discordância, aliás, constituiu o principal motivo de sua destituição do comando supremo das forças da Organização das Nações Unidas durante a Guerra da Coreia, em 11 de abril de 1951.

MacArthur estava determinado a conduzir operações militares em larga escala, inclusive dentro do território chinês, particularmente na Manchúria. Ele intencionava empregar as tropas chinesas nacionalistas lideradas por Chiang Kai-Shek e estacionadas em Taiwan, bem como bombardear posições localizadas no interior da China. Seu objetivo era impor uma derrota militar a Pequim, que, naquele momento, já havia afastado o líder norte-coreano Kim Il-Sung do processo decisório tático e estratégico e assumido a liderança das operações na guerra.

Com efeito, essa nova categoria conceitual de guerra é consequência direta de uma política de cautela e distensionamento com as potências comunistas introduzida por Truman, política que reconheceu as áreas de influência sino-soviéticas supostamente consolidadas na Ásia.

Segundo alguns autores, essa postura apaziguadora em relação à Guerra da Coreia teve um pano de fundo político-eleitoral. Truman, que havia sucedido Roosevelt, falecido em 12 de abril de 1945, nunca escondeu sua pretensão de disputar mais um mandato à frente da Casa Branca. Mas tinha receio de que um possível sucesso militar na condução do conflito coreano catapultasse MacArthur à condição de candidato imbatível nas eleições presidenciais de 1952.

Ocorre que o “tiro saiu pela culatra”. O relativo insucesso da estratégia de Truman fez com que ele tivesse a pior taxa de popularidade da história norte-americana (22%). Inviabilizou por completo sua indicação, pelo Partido Democrata, para as eleições presidenciais de 1952, pleito vencido pelo experiente General Eisenhower. Oportuno registrar que Eisenhower, originalmente, havia pertencido ao Partido Democrata. Desapontado com as diretrizes partidárias, entretanto, ele decidiu se filiar ao Partido Republicano, legenda pela qual se elegeu, governando de 1953 a 1961.

A Guerra da Coreia, um dos momentos mais quentes da Guerra Fria, acabou sem um acordo de paz e sem propriamente um país vencedor. O instrumento até hoje vigente é o Armistício de Panmunjon, assinado em 27 de julho de 1953, cujo objetivo era viabilizar um desfecho provisório para a guerra, até que um tratado de paz pudesse ser costurado, o que jamais aconteceu. Assim, pelo menos oficialmente, o estado de beligerância ainda vigora. O cessar-fogo também estabeleceu uma zona desmilitarizada, que funciona como uma espécie de fronteira entre as duas Coreias, e que abrange uma área de quatro quilômetros ao longo do Paralelo 38.

A estratégia de Dwight Eisenhower na Guerra da Coreia

A eleição de Dwight Eisenhower mudou completamente os rumos da Guerra da Coreia e da Guerra Fria. Por intermédio de consistentes ameaças de conduzir o conflito coreano a uma eventual guerra repressiva contra a China –, inclusive com o eventual emprego de armas nucleares táticas, ameaçando avançar o emprego da *compulsão coercitiva* para seu último estágio, a *compulsão coativa*, na fronteira entre a atuação efetiva e inefetiva da deterrence estratégica e, consequentemente, do “estado de guerra total” –, Eisenhower conseguiu obter um acordo de armistício em julho de 1953, poucos meses após sua posse, apesar de todas as resistências por parte de Mao Tsé-Tung.

Eisenhower abandonou a ideia de Guerra Limitada, ainda que provisoriamente, e estabeleceu uma política de retaliação maciça contra qualquer agressão

comunista. Sua firme e hábil atuação – completamente oposta à postura cautelosa de Truman – deteve as ambições chinesas de Mao Tsé-Tung e também as soviéticas, forçando Khrushchev a aceitar formalmente uma política de coexistência pacífica. Isso se deu por meio do estabelecimento, em paralelo, de uma confortável superioridade militar (notadamente nuclear) ocidental que se firmou, por fim, por intermédio de um cunho preponderantemente dissuasivo.


O orçamento militar durante a gestão de Eisenhower chegou ao impensável patamar de quase 15% do PIB, algo extraordinário em “tempo de paz”. Diante disso, Khrushchev concluiu que o caminho coexistencial era a única possibilidade de sobrevivência do comunismo soviético, abrindo caminho para o início de uma cisão sino-russa. Começou, então, a haver uma discussão mais objetiva sobre a divisão do mundo em áreas de influência reciprocamente reconhecidas. Essa nova situação geopolítica mundial perdurou até a surpreendente vitória eleitoral de John Kennedy (1961-

1963) sobre Richard Nixon, vice-presidente durante o governo de Eisenhower.

Síntese conclusiva

Sob qualquer ângulo analítico, é forçoso concluir que o conflito coreano foi um autêntico divisor de águas na doutrina polemológica.

Para muitos, foi o evento histórico que marcou o início oficial da Guerra Fria e, mais do que isso, das *guerras de quarta geração* – em que o objetivo deixa de ser a clássica vitória militar para ser substituída pela preservação do *status quo*, em um contexto amplo de “coexistência pacífica” –, catapultando a concepção da deterência estratégica para novos patamares, a incluir, ao lado (e em complemento) à dissuasão, a modalidade contensiva, em uma até então inédita abordagem compulsiva.

Foi também um repertório de lições sobre a natureza da guerra em um novo cenário geopolítico associado à era nuclear. 

Referências

CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. **Mao: a história desconhecida**. Tradução de Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COLLINS, John M. **Principles of Deterrence**. Air University Review, novembro/dezembro de 1979, vol. XXXI, nº 1, p. 17-26. Disponível em: <https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ/journals/1979_Vol30_No1-6/1979_Vol31_No1.pdf>. Acesso em: 13 set 2022.

GILBERT, Adrian. **Enciclopédia das guerras**. São Paulo: M. Books, 2005.

GUERRA NA PAZ. **A travessia do Yalu**. Orbis Publishing Co., 1984.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Tradução de Cássio Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne. **The Cambridge History of the Cold War**. United Kingdom, Cambridge University Press, vol. 1, 2010.